



HORA DE MUDAR



DESIGUALDADE E SOFRIMENTO HUMANO
NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DOS
SUPERMERCADOS

REPORT



OXFAM

© Oxfam Internacional junho de 2018

Este artigo foi escrito por Robin Willoughby e Tim Gore. A Oxfam agradece a colaboração de Ajmal Abdulsamad, Evelyn Astor, Sabita Banerji, Derk Byvanck, Man-Kwun Chan, Celine Charveriat, Lies Craeynest, Anouk Franck, Gary Gereffi, Sloane Hamilton, Franziska Humbert, Steve Jennings, Peter McAllister, Rashmi Mistry, Eric Munoz, Ed Pomfret, Fenella Porter, Art Prapha, Laura Raven, Olivier de Schutter, Ruth Segal, Kaori Shigiya, Matthew Spencer, Dannielle Taaffe, Emma Wadley e Rachel Wilshaw.

Para mais informações sobre as questões levantadas neste documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação está sujeita a copyright, no entanto, o texto pode ser utilizado livremente para incidência política e campanhas, bem como no âmbito da educação e da pesquisa, sempre e quando indicada a fonte de forma completa. Os detentores dos direitos autorais solicitam que qualquer uso da obra seja comunicado, a fim de avaliar o seu impacto. A reprodução do texto em outras circunstâncias ou seu uso em outras publicações, assim como em traduções ou adaptações, podem ser feitas após a obtenção de autorização e podem exigir o pagamento de uma taxa. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail policyandpractice@oxfam.org.uk

As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento da sua impressão.

Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob ISBN 978-1-78748-178-7 em Junho de 2018. DOI: 10.21201/2017.1787

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK

Foto da capa: Mu tem 29 anos e é mãe de 3 filhos que estão em sua casa em Myanmar. Ela é uma descascadora de camarão na Tailândia, onde ganha apenas cerca de 9 dólares por dia. Se ela fica algumas semanas sem fazer hora extra, já não consegue enviar dinheiro para o sustento de seus filhos. Foto: Suthep Kritsanavarin/Oxfam



A Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações trabalhando em rede em mais de 90 países, como parte de um movimento global pela transformação, com o objetivo de construir um futuro livre da injustiça da pobreza. Para mais informações, escreva para qualquer uma das agências ou visite www.oxfam.org

PRÓLOGO

Todo mundo gosta de boa comida. Cozinhar com nossos ingredientes favoritos ou compartilhar uma refeição estão entre os nossos prazeres mais simples. Porém, com muita frequência, a comida que saboreamos chega a um preço inaceitável: o sofrimento das pessoas que a produziram.

Este relatório marca o lançamento da nova campanha da Oxfam para denunciar a exploração econômica enfrentada por milhões de pequenos agricultores e trabalhadores nas cadeias de fornecimento alimentar e mobilizar a força das pessoas em todo o mundo para ajudar a acabar com isso.

Apresentamos novas evidências de que a renda dos agricultores vem sendo arrojada de forma brutal, os baixos salários são generalizados e os direitos trabalhistas, negados a pessoas que trabalham para fornecer diferentes produtos a supermercados em todo o mundo. Nossas pesquisas com trabalhadores das cadeias de fornecimento de supermercados em vários países concluíram que a grande maioria tem dificuldades para alimentar adequadamente suas próprias famílias.

As mulheres arcam com o fardo mais pesado. Elas estão concentradas, em sua imensa maioria, nas posições com menos garantias e menor remuneração das cadeias de fornecimento alimentar, assumindo a maior parte do trabalho não remunerado nas pequenas propriedades familiares e tendo sua participação em posições de poder negada constantemente. Com base nisso, demonstramos que o nosso sistema alimentar moderno é construído, acima de tudo, sobre a exploração do trabalho das mulheres.

Sabemos que não tem que ser assim. A indústria global de alimentos gera bilhões todos os anos, mas as recompensas tendem a ir para os poderosos. Nossas evidências mostram que os gigantes do setor de supermercados estão abocanhando uma parte cada vez maior do dinheiro que seus clientes deixam no caixa, enquanto uma fração pequena – e cada vez menor – chega a quem produziu seus alimentos.

A desigualdade decorrente disso é difícil de entender. Uma mulher que trabalha em uma unidade de beneficiamento de camarão na Tailândia leva mais de 5.000 anos para ganhar o salário anual médio de um executivo bem pago de um supermercado nos Estados Unidos, e mais de 1.700 anos para se equiparar ao do Reino Unido. Apenas 10% do dinheiro pago aos acionistas dos três maiores supermercados dos Estados Unidos em 2016 seriam suficientes para elevar o salário de mais de 600.000 trabalhadores na indústria de camarão tailandesa a um patamar digno.¹

Acreditamos em um modo diferente de fazer negócios, construído com respeito aos direitos humanos e trabalhistas, e menos motivado pela implacável maximização do valor para aos acionistas. Nossa pesquisa mostra que, onde intervêm para proteger os pequenos agricultores e trabalhadores, os governos podem mudar milhões de vidas.

Esta é uma história sobre comida, mas ela se repete em toda a economia global – de produtos têxteis a eletrônicos. Acreditamos que é hora de construir uma economia mais humana que recompense o trabalho, e não a riqueza.

Sabemos que o caminho não é fácil de percorrer, mas este relatório mostra que todos nós – governos, empresas e cidadãos – podemos fazer muito mais no sentido de tornar essa visão uma realidade para quem produz os nossos alimentos. Conclamamos a todos que o lerem a se juntar a nós.



Winnie Byanyima
Diretora Executiva da
Oxfam Internacional

PRÓLOGO

A força de trabalho oculta nas cadeias de fornecimento é um escândalo. Fazem parte dela os trabalhadores dos quais as empresas multinacionais – como os supermercados denunciados neste relatório – dependem para obter seus lucros. As multinacionais terceirizam deliberadamente a responsabilidade pela violência, a opressão, os baixos salários e o trabalho precário, e muitas vezes perigoso, que impulsiona seus lucros.

Não é possível terceirizar responsabilidades se quisermos respeitar os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. Isso exige que as empresas façam a devida diligência e avaliem os riscos de violações aos direitos humanos em todas as suas cadeias de fornecimento, implementem mecanismos de queixa e garantam reparação aos trabalhadores.

Infelizmente, as violações aos direitos humanos e trabalhistas se tornaram a base do comércio global e, portanto, do modelo de exploração dominante que alimenta a ganância das grandes empresas. Os lucros são baseados em baixos salários e trabalho precário, gerando uma crescente desigualdade.

Os governos do G20 endossaram o chamado à devida diligência, e os ministros dos países do grupo afirmaram que “as violações ao trabalho decente e aos princípios e direitos fundamentais no trabalho não podem fazer parte da concorrência”.²

Deve haver um campo de atuação global para interromper o nivelamento por baixo em termos de regras, salários e direitos. Precisamos reescrever as regras da economia global para que os trabalhadores acreditem que os governos eleitos estão cobrando responsabilidade das empresas com relação aos interesses dos cidadãos.

A necessidade urgente de superar os baixos salários é fundamental para essa responsabilização. A Oxfam apresenta muitos exemplos para ilustrar a lacuna entre os salários que os trabalhadores recebem e aquilo de que eles e suas famílias precisam para ter uma vida decente. A Pesquisa Global da CSI mostra que 84% dos trabalhadores do mundo dizem que o salário mínimo não é suficiente para viver. É por isso que a CSI e suas afiliadas fazem uma campanha global por salários mínimos dignos.

Como sugere a pesquisa contida neste relatório, o preço de reduzir a distância entre os salários de fome e um salário digno é insignificante para as multinacionais. Pesquisas semelhantes sobre o custo de vida, feitas por sindicatos e baseadas em evidências, mostram que seria necessário apenas um aumento de três centavos de dólar no preço de um melão em Honduras e menos de dois centavos em uma banana na Guatemala para garantir um salário digno.

É preciso interromper o roubo salarial resultante da redução dos salários mínimos por muitos empregadores que usam jornadas exaustivas e horas extras forçadas, ou simplesmente não pagam segundo a lei. Uma receita simples para garantir trabalho decente nas cadeias de fornecimento inclui os seguintes ingredientes:

- salário mínimo digno;
- liberdade de associação e direitos de negociação coletiva;
- proteção social universal;
- cumprimento de regras em sistemas jurídicos fortes e independentes.

Incentivamos as multinacionais do setor de supermercados a negociar acordos globais de referência com a União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação e suas afiliadas, que garantam os direitos fundamentais dos trabalhadores em todos os países em que operam.

O envolvimento construtivo com os sindicatos em todas as cadeias de fornecimento é essencial. A negociação coletiva garante condições de trabalho justas e uma melhor distribuição de produtividade e lucros, fomentando sociedades mais igualitárias.

Salários justos e trabalho decente com proteção social constituem o alicerce para mais igualdade e crescimento.



Sharan Burrow
Secretária Geral da
Confederação Sindical
Internacional

PRÓLOGO

Ao longo de toda a minha vida, a Oxfam tem tido uma trajetória excelente de combate à injustiça em cadeias globais de fornecimento. A Organização tem trabalhado permanentemente para denunciar as enormes desigualdades de poder, gênero e riqueza em nosso sistema alimentar.

Como dirigente de uma empresa com certificação Fairtrade, da qual uma cooperativa de produtores de cacau em Gana detém 44%, conheço bem o custo humano disso, no qual mulheres e homens que cultivam os produtos de que desfrutamos todos os dias ainda não têm acesso a muitas das coisas que consideramos garantidas, como água limpa e eletricidade ou a capacidade de investir em suas propriedades rurais e comunidades.

É chocante ainda precisarmos que a Oxfam revele como funciona um sistema de comércio que oferece alimentos baratos e de alta qualidade a todos nós do Norte – e lucros enormes para as empresas que os vendem a nós – enquanto os homens e as mulheres que os produzem e beneficiam nos países em desenvolvimento passam fome.

A Oxfam tem influência para fazer a mudança acontecer. Sua campanha *Por Trás das Marcas* analisou a forma como operam as dez maiores empresas de alimentos, e as desafiou a enfrentar questões fundamentais para a criação de um mundo que funcione para as pessoas e para o planeta. Essa ação teve um impacto importante. As empresas implementaram melhorias significativas em termos de gênero, direitos fundiários, direitos trabalhistas e meio ambiente, e estão orgulhosas de seus avanços.

O novo relatório e a nova campanha da Oxfam tratam do elo seguinte na cadeia de fornecimento: os supermercados. O objetivo é conscientizar consumidores e investidores sobre as realidades por trás dos alimentos que eles compram todos os dias e os empoderar para que desafiem os supermercados e, assim, garantir que as pessoas que trabalham em suas cadeias de fornecimento tenham uma vida decente.

Ao mesmo tempo, está conscientizando os supermercados sobre a enorme oportunidade que eles têm de usar o grande porte de suas operações e seu poder para fazer mudanças reais e duradouras em um sistema insustentável e injusto. Eles estão em uma posição poderosa para desempenhar um papel de ponta no enfrentamento de muitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para acabar com a pobreza no mundo.

Vivemos em tempos em que, por um lado, o volume de negócios do maior grupo supermercadista do mundo é superior à Renda Nacional Bruta da Noruega ou da Nigéria e, por outro, a maior parte do mundo depende de pequenos produtores para obter 80% de seus alimentos. Os supermercados têm uma responsabilidade para com esses produtores, e nós temos mais poder do que pensamos para chamá-los à responsabilidade.



Sophi Tranchell
MBE, CEO da
Divine Chocolate.



Trabalhadores em barcos de pesca na Tailândia concertam suas redes para a próxima saída.
Foto: Suthep Kritsanavarin/Oxfam

RESUMO

A desigualdade está desenfreada em toda a economia global,³ e o setor agroalimentar não é exceção.⁴ No topo, grandes supermercados e outros gigantes da indústria dominam os mercados globais de alimentos, o que lhes permite espremer vastas cadeias de fornecimento espalhadas pelo planeta para extrair valor, enquanto, na parte inferior, pequenos agricultores e trabalhadores vêm perdendo constantemente o seu poder de negociação em muitos dos países onde essas empresas se abastecem.

O resultado é o sofrimento humano generalizado entre mulheres e homens que produzem alimentos para supermercados em todo o mundo. Do trabalho forçado⁵ a bordo de navios de pesca no Sudeste Asiático, passando pelos salários miseráveis nas plantações de chá indianas, até a fome⁶ enfrentada por trabalhadores das fazendas de uva na África do Sul, o desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas é muito comum nas cadeias de fornecimento alimentar.⁷

Em uma era de desigualdade global grave e intensificação das mudanças climáticas, esse modelo de negócio é cada vez mais insustentável. Mas não precisa ser assim. Governos, empresas de alimentos, pequenos agricultores e trabalhadores, e cidadãos em todo o mundo podem ajudar a reequilibrar o poder nas cadeias de fornecimento alimentar e garantir que elas remunerem de forma mais justa a quem produz os nossos alimentos. O setor de supermercados está maduro para esta mudança.

Não há razão que justifique o desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas das mulheres e dos homens que fornecem aos supermercados. Não há desculpa moral para a fome de quem produz a nossa comida. Este relatório marca o lançamento da nova campanha da Oxfam para denunciar as causas profundas do sofrimento humano nas cadeias de fornecimento alimentar e mobilizar a força das pessoas em todo o mundo para ajudar a acabar com ele, começando com um foco no papel dos supermercados.⁸

NÃO HÁ JUSTIFICATIVA PARA OS DIREITOS DE MULHERES E HOMENS NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE SUPERMERCADOS AINDA SEREM DESRESPEITADOS.

FIGURA 1: A DESIGUALDADE DE PODER É A CAUSA FUNDAMENTAL DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTARES





Prateleiras de supermercados. Foto: Shutterstock

O PODER CADA VEZ MAIOR DOS SUPERMERCADOS

Nos últimos 30 anos, uma crise global de desigualdade acompanhou o crescimento do poder e das compensações financeiras das grandes empresas e outros donos do capital, em detrimento das pessoas comuns⁹ – incluindo as que cultivam e fazem o beneficiamento dos nossos alimentos. Conforme destacado na Figura 2, a concentração do mercado no setor agroalimentar atingiu novos extremos em todas as etapas da cadeia de fornecimento alimentar, e o varejo não é exceção.

FIGURA 2: A CONCENTRAÇÃO DE MERCADO É ALTA NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO ALIMENTAR



ⁱ Bayer-Monsanto, Dupont-Dow e Chem-China Syngenta. Fonte: Friends of the Earth Europe, Heinrich Boll Foundation and Rosa Luxemburg Foundation. (2017). Agrifood Atlas: Facts and Figures about the Corporations that Control what we Eat. ⁱⁱ S.J Lowder, J. Skoet, T. Roney. (2017). The Number, Size and Distribution of Farms, Smallholder Farms and Family Farms Worldwide. *World Development*, 87, 16-29. UN Food and Agriculture Organisation. (2008). The State of Food and Agriculture 2008. Rome: FAO ⁱⁱⁱ Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Co. Fonte: Friends of the Earth Europe, Heinrich Boll Foundation and Rosa Luxemburg Foundation. (2017). Agrifood Atlas: Facts and Figures about the Corporations that Control what we Eat. Op Cit. ^{iv} Friends of the Earth Europe, Heinrich Boll Foundation e Rosa Luxemburg Foundation. (2017). Agrifood Atlas: Facts and Figures about the Corporations that Control what we Eat. ^v Ibid.

Na maioria dos países desenvolvidos, e cada vez mais nos países em desenvolvimento, um punhado de gigantes do setor de supermercados domina as vendas de alimentos.¹² E isso se dá, muitas vezes, em detrimento de estabelecimentos e mercados locais. Depois de consolidar seu domínio em países de renda elevada, o conceito de supermercado cresceu exponencialmente em países de renda média – começando pela América Latina, antes de se espalhar para o Sudeste Asiático e partes da África Subsaariana e do norte do continente.

O poder de compra dos supermercados

Esse controle rígido sobre os estabelecimentos de varejo dá aos supermercados, em particular, um grande poder para definir a produção de alimentos em todo o mundo. Como último elo da cadeia de fornecimento, eles se tornaram guardiões do comércio global de alimentos, configurando produtores e beneficiadores em cadeias geograficamente dispersas e altamente especializadas, que funcionam em várias camadas para oferecer dezenas de milhares de produtos com padrões de qualidade precisos, todos os dias do ano.

Esse modelo de negócios proporcionou, a muitos consumidores, preços baixos, opções durante todo o ano e a conveniência de ter os produtos sempre disponíveis. Mas o modelo se baseia no enorme poder de compra dos supermercados, o que lhes permite exercer uma pressão implacável sobre seus fornecedores para que reduzam custos e assumam uma quantidade maior dos riscos da produção agrícola, mesmo atendendo a padrões de qualidade exigentes. São documentadas uma série de práticas comerciais injustas¹³ através das quais esse poder pode ser exercido, e algumas são descritas na Figura 3.

NO REINO UNIDO, QUATRO SUPERMERCADOS CONTROLAM 67% DO MERCADO DE ALIMENTOS BÁSICOS¹⁰, ENQUANTO NA HOLANDA, APENAS CINCO CONTROLAM APROXIMADAMENTE 77%.¹¹

FIGURA 3: AS PRÁTICAS INJUSTAS DE COMÉRCIO REDUZEM OS PREÇOS PAGOS AOS FORNECEDORES DOS SUPERMERCADOS E AUMENTAM OS RISCOS QUE ELES CORREM



Fonte: Figura criada pela Oxfam usando informações de D. Vaughan-Whitehead e L.P Caro (2017). Purchasing Practices and Working Conditions in Global Supply Chains: Global Survey Results; G. Ellison (2017). Grocery Code Adjudicator: Annual Survey Results; European Parliament (2016). Report on Unfair Trading Practices in the Food Supply Chain, e outros relatórios.¹⁴ Veja, no Anexo 1 do relatório principal, uma lista de práticas comerciais injustas e referências.

As compensações financeiras vão para quem está no topo

O negócio tem sido lucrativo para quem está no topo. A maior varejista de alimentos do mundo, a Walmart, cuja propriedade é majoritariamente da família mais rica dos Estados Unidos,¹⁵ gerou receitas de quase 486 bilhões de dólares em 2016 – o equivalente à Renda Nacional Bruta da Noruega ou da Nigéria.¹⁶ Os oito maiores supermercados de capital aberto do mundo geraram cerca de 1 trilhão de dólares em vendas em 2016 e quase 22 bilhões em lucros. Em vez de reinvestir em seus fornecedores, no mesmo ano eles pagaram mais de 15 bilhões de dólares aos acionistas.¹⁷

As remunerações anuais mais elevadas de CEOs também foram generosas, variando de 3,1 milhões de dólares no Morrisons, do Reino Unido, a 19,8 milhões na Walmart, dos Estados Unidos.¹⁸ O retorno aos acionistas e o salário dos executivos vêm aumentando nos Estados Unidos na última década – 59% e 74%, respectivamente, nas maiores empresas do país, por exemplo.¹⁹ Dos Estados Unidos à África do Sul, passando pela Tailândia, o setor está atraindo investimentos de partes das elites mais ricas e poderosas desses países.

O PODER CADA VEZ MENOR DE PEQUENOS AGRICULTORES E TRABALHADORES²⁰

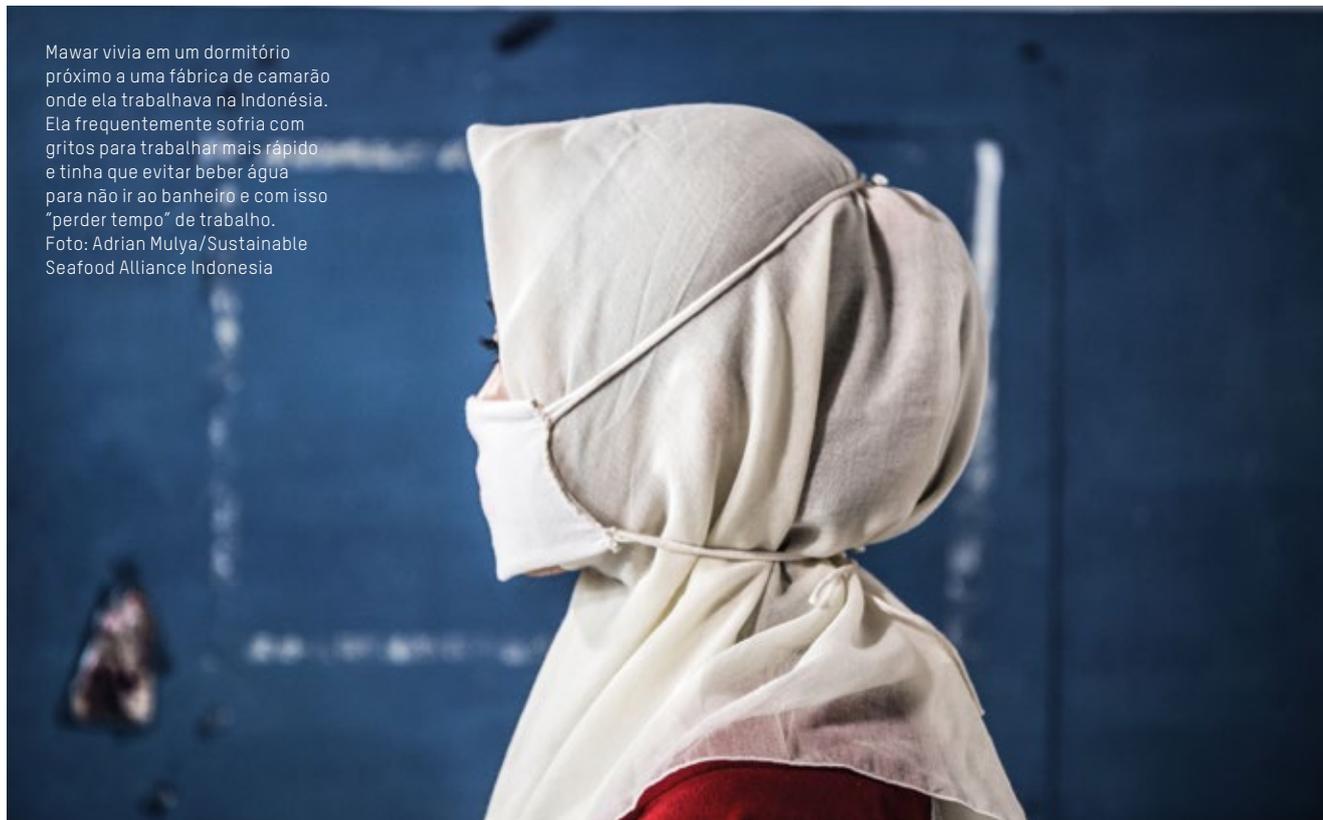
Não é coincidência que o aumento do poder dos supermercados tenha ocorrido ao mesmo tempo em que governos de muitos países adotaram uma agenda de liberalização do comércio e desregulamentação dos mercados de produtos agrícolas e mão de obra. O resultado dessa abordagem às políticas públicas tem sido uma fragilização radical do poder de negociação de pequenos agricultores e trabalhadores.²² Órgãos de comercialização de produtos agrícolas foram fechados, reduziram-se os orçamentos governamentais para serviços de extensão voltados a agricultores, bem como pesquisa e desenvolvimento agrícola, e foram suspensas tarifas de importação que protegem a agricultura nacional.²³ Para os trabalhadores, enquanto isso, a filiação sindical e a negociação coletiva estão em declínio.²⁴ Mesmo onde houve a introdução de legislação garantindo salários mínimos, eles estão quase sempre muito abaixo dos níveis reivindicados pelos sindicatos locais²⁵ e são inadequados para sustentar um padrão de vida básico, mas decente, para um trabalhador e sua família (geralmente conhecido como “salário digno”).²⁶

* * *

UMA PESQUISA GLOBAL COM QUASE 1500 EMPRESAS EM CADEIAS DE FORNECIMENTO GLOBAIS, MENOS DE UM QUARTO APONTOU QUE HÁ A PRESENÇA DE SINDICATOS.²¹

* * *

Mawar vivia em um dormitório próximo a uma fábrica de camarão onde ela trabalhava na Indonésia. Ela frequentemente sofria com gritos para trabalhar mais rápido e tinha que evitar beber água para não ir ao banheiro e com isso “perder tempo” de trabalho.
Foto: Adrian Mulya/Sustainable Seafood Alliance Indonesia



As mulheres são as mais atingidas

Além de tudo isso, seja em pequenas propriedades familiares ou entre trabalhadores, normas de gênero profundamente arraigadas fazem com que o impacto seja mais grave para as mulheres: elas não têm direito de possuir terras,²⁸ têm menos probabilidade de contar com representação sindical,²⁹ assumem a maioria dos trabalhos de cuidado não remunerados,³⁰ são discriminadas com relação a remuneração e progressão para funções superiores, e sofrem ameaças de assédio e violência sexuais.³¹ O trabalho das mulheres nas cadeias de fornecimento de produtos alimentares passa despercebido e suas vozes são menos ouvidas na mesa de negociação.

Não surpreende, portanto, que as mulheres estejam concentradas nas funções mais mal pagas e precárias do setor agroalimentar, constituindo uma reserva de mão de obra barata e flexível sobre a qual são construídas as modernas cadeias de fornecimento dos produtos alimentares.³²

O SOFRIMENTO HUMANO NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DOS SUPERMERCADOS

A depressão nos preços pagos aos fornecedores como resultado do poder de compra dos supermercados, junto com o apoio insuficiente dos governos aos pequenos agricultores e trabalhadores, aumenta o risco de violações aos direitos humanos e trabalhistas nas cadeias de fornecimento de produtos alimentares. Por exemplo:

- Sob pressão, pequenos agricultores podem recorrer ao trabalho infantil³³ ou aumentar a carga de trabalho não remunerado das mulheres;³⁴
- Empregadores em plantações, usinas de beneficiamento ou embarcações de pesca podem passar a usar formas de emprego mais flexíveis e informais, evitando contratos permanentes, restringindo a liberdade de associação, cortando salários ou pagando por produção, o que exige jornadas de trabalho excessivas;³⁵
- Mulheres concentradas nessas funções informais, muitas vezes com supervisores do sexo masculino, podem enfrentar riscos elevados de assédio e violência sexuais;³⁶
- O uso de trabalho forçado continua muito comum, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima o número de vítimas no setor agrícola em 2017 em mais de 1,1 milhão.³⁷

Novas pesquisas feitas pela Oxfam ou sob sua encomenda, incluindo uma série de estudos de caso publicados nos Anexos 2 a 8 do relatório completo, destacam muitos desses exemplos de sofrimento humano encontrados em cadeias de fornecimento de supermercados de todo o mundo. Algumas das conclusões mais impressionantes são examinadas em mais detalhe a seguir.

Pequenos agricultores e trabalhadores sem o suficiente para comer

Um dos mais cruéis paradoxos da nossa época é o fato de que as pessoas que produzem a nossa comida e as suas famílias frequentemente não tenham o bastante para se alimentar.

Em 2017, a Oxfam e seus parceiros realizaram pesquisas com centenas de pequenos agricultores e trabalhadores de cadeias de fornecimento de supermercados em cinco países, usando como método Escala de Avaliação da Insegurança Alimentar Domiciliar (*Household Food Insecurity Access Scale, HFIAS*). Essa pesquisa encontrou uma clara maioria de entrevistados em situação moderada ou grave de insegurança alimentar, ou seja, eles ou algum membro de suas famílias ficaram sem comida suficiente no mês anterior.³⁹ Por exemplo:

- Na África do Sul, mais de 90% das trabalhadoras entrevistadas em fazendas de uva disseram não ter tido alimento suficiente no mês anterior. Quase um terço disse que elas próprias ou um membro de suas famílias tinham ido dormir com fome pelo menos uma vez naquele período.
- 72% das pequenas produtoras de banana entrevistadas nas Filipinas afirmaram ter tido preocupações com a alimentação da família no mês anterior.

‘ [...] EM TERMOS DE TOMADA DE DECISÃO E DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS, NÓS NÃO SENTIMOS QUE TEMOS VOZ. AS MULHERES SE CANDIDATAM PARA O CONSELHO, MAS OS HOMENS VOTAM EM HOMENS E NÓS ESTAMOS EM MENOR NÚMERO.’

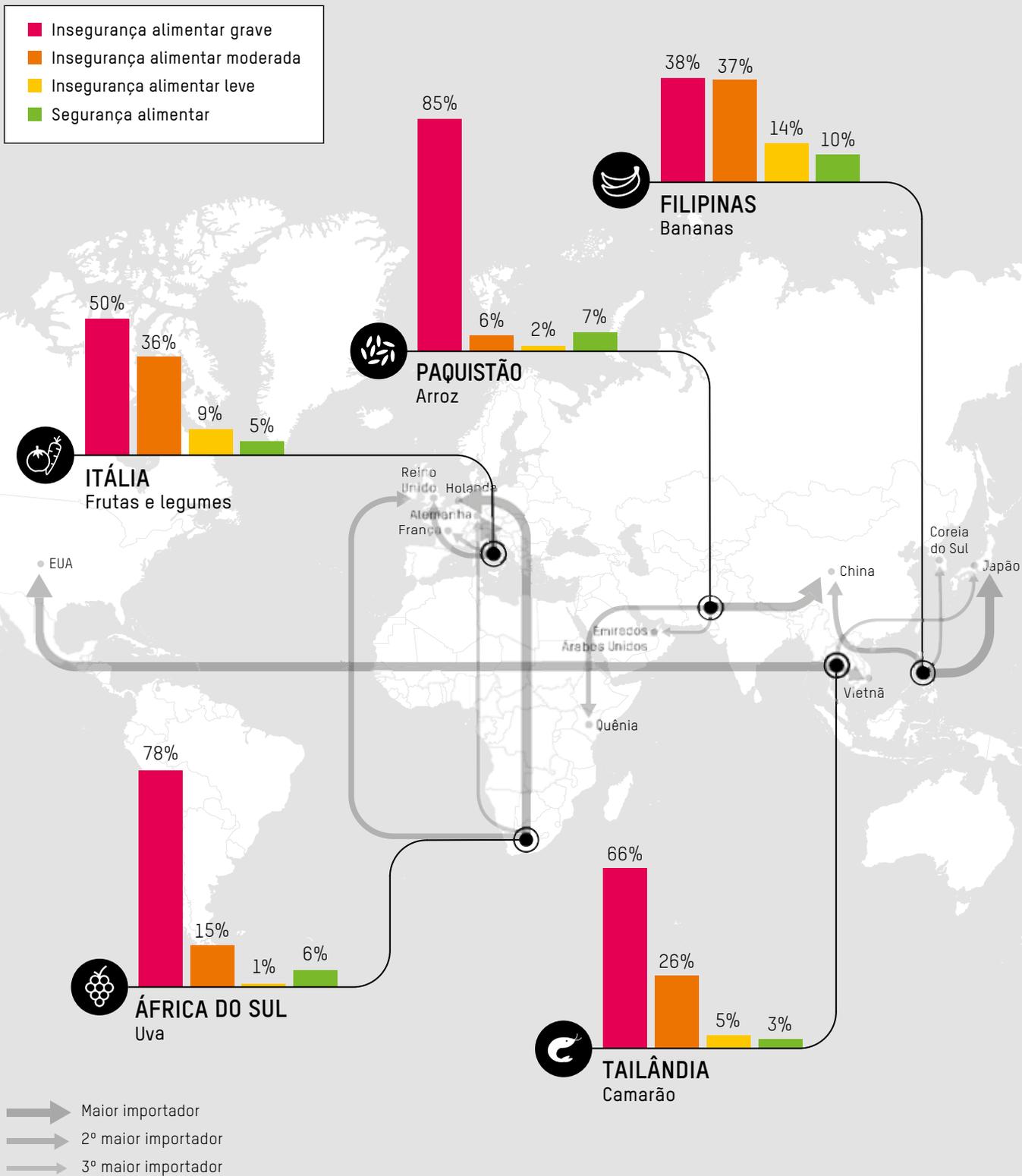
Mary Jane, Secretaria na Davao Frutas – Cooperativa de Reforma Agrária, Mindanao, Filipinas²⁷

‘O DINHEIRO É EXTREMAMENTE CURTO. A GENTE TEM QUE CORTAR NA COMIDA PARA CONSEGUIR PAGAR PELAS TAXAS DA ESCOLA DAS CRIANÇAS.’

Esposa de um trabalhador da Finca Once, Costa Rica, fornecedor para o supermercado Lidl³⁸

FIGURA 4: QUANDO A RENDA É MUITO BAIXA, O ACESSO À ALIMENTAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES E TRABALHADORES É COLOCADO EM RISCO

Categorização dos entrevistados em pesquisas com a escala de avaliação da insegurança alimentar em determinadas cadeias de valor/2017 (%)



Fonte: Dados de pesquisas usando HFIAS realizadas em 2017 com uma amostra de agricultores e trabalhadores em cadeias de fornecimento de produtos alimentares específicas na África do Sul, na Tailândia, na Itália, no Paquistão e nas Filipinas. A pesquisa na África do Sul foi realizada pelo Women on Farms Project. Para mais informações, veja a nota metodológica no Anexo 1.⁴⁰

Dados sobre exportação, de 2016. Consulte a nota de fim para obter informações completas sobre a fonte.⁴¹ Por causa do arredondamento nem todas as porcentagens somam exatamente 100%.

- Na Itália, 75% das mulheres entrevistadas em fazendas de frutas e legumes disseram que elas próprias ou algum membro de suas famílias reduziram o número de refeições no mês anterior porque sua família não conseguiu comprar comida suficiente.
- Na Tailândia, mais de 90% dos trabalhadores entrevistados em unidades de beneficiamento de frutos do mar relataram ter ficado sem comida suficiente no mês anterior. Entre eles, 54% das trabalhadoras disseram que, em várias ocasiões durante aquele período, não houve comida de qualquer tipo em casa.



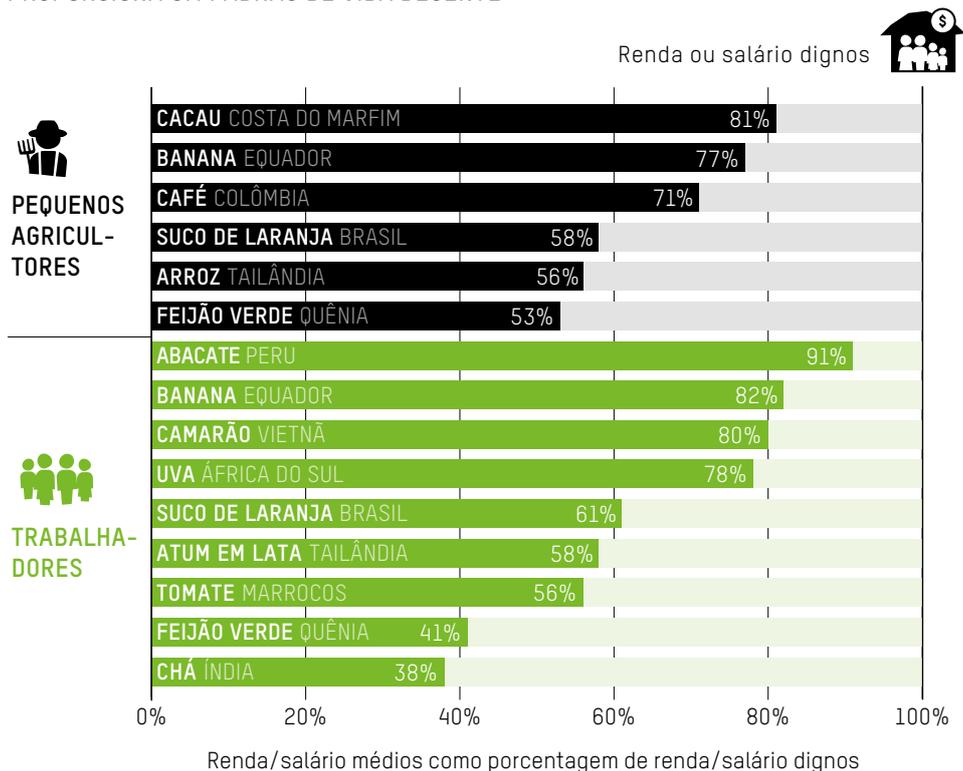
Ganhos extremamente inadequados para pequenos agricultores e trabalhadores

Embora representem apenas recortes de contextos específicos, essas pesquisas apontam para um quadro mais amplo de exploração econômica sistemática. Uma nova pesquisa feita pelo Bureau para a Avaliação de Impactos Sociais para Informação dos Cidadãos (BASIC, na sigla em inglês)⁴² para a Oxfam analisou as cadeias de valor de 12 produtos comuns fornecidos a supermercados de todo o mundo a partir de uma variedade de países produtores, abrangendo os continentes asiático, africano e latino-americano e incluindo exemplos de produção em pequena e grande escalas.

Como mostrado na Figura 5, em nenhum desses exemplos a renda média dos pequenos agricultores ou trabalhadores é suficiente para que eles tenham um padrão de vida decente, ou seja, para desfrutar de seus direitos humanos. Em alguns casos, fica muito aquém disso.⁴³

Prak era um trabalhador de um barco de pesca na Tailândia. Depois de ficar doente, ele foi demitido e obrigado a pagar 438 dólares para os donos do barco - um dinheiro que ele não tem. Mas se ele não pagar, eles não vão devolver o seu passaporte.
Foto: Suthep Kritsanavarin/Oxfam

FIGURA 5: A RENDA MÉDIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES E TRABALHADORES DE MUITAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTARES ALIMENTOS NÃO PROPORCIONA UM PADRÃO DE VIDA DECENTE⁴⁴



PARA ALGUNS PRODUTOS, COMO O CHÁ INDIANO E O FEIJÃO VERDE DO QUÊNIA, A RENDA MÉDIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES OU TRABALHADORES FOI INFERIOR A 50% DO QUE É NECESSÁRIO PARA UM PADRÃO DE VIDA BÁSICO, MAS DECENTE, EM SUAS SOCIEDADES.

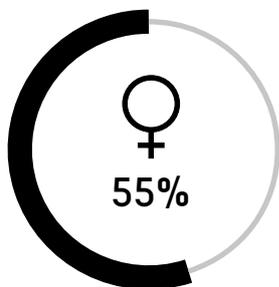
Observação: Dados de 2015. A palavra "trabalhadores" se refere àqueles que têm contratos de trabalho permanentes em grandes plantações, unidades de beneficiamento ou embarcações de pesca. Algumas commodities aparecem duas vezes por serem produzidas por pequenos agricultores e trabalhadores. Para mais informações, veja a nota metodológica no Anexo 1.

Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

Conforme mostrado na Figura 6, a situação é muito pior para as mulheres. A análise da BASIC mostra que onde as mulheres proporcionam a maior parte da mão de obra em uma cadeia de fornecimento de alimentos, a diferença entre os ganhos médios e a quantidade necessária para um padrão de vida básico, mas decente, é maior.

FIGURA 6: A DIFERENÇA EM RELAÇÃO A UMA RENDA OU UM SALÁRIO DIGNO É MAIOR QUANDO AS MULHERES SÃO PREDOMINANTES NA FORÇA DE TRABALHO

Renda/salário médios como porcentagem de renda/salário dignos



MULHERES SÃO PREDOMINANTES NA FORÇA DE TRABALHO

Chá (Índia), feijão verde (Quênia), tomate (Marrocos), arroz (Tailândia), camarão (Vietnã), Atum em lata (Tailândia)



HOMENS SÃO PREDOMINANTES NA FORÇA DE TRABALHO

Banana (Equador), cacau (Costa do Marfim), café (Colômbia), abacate (Peru), suco de laranja (Brasil), uva (África do Sul)

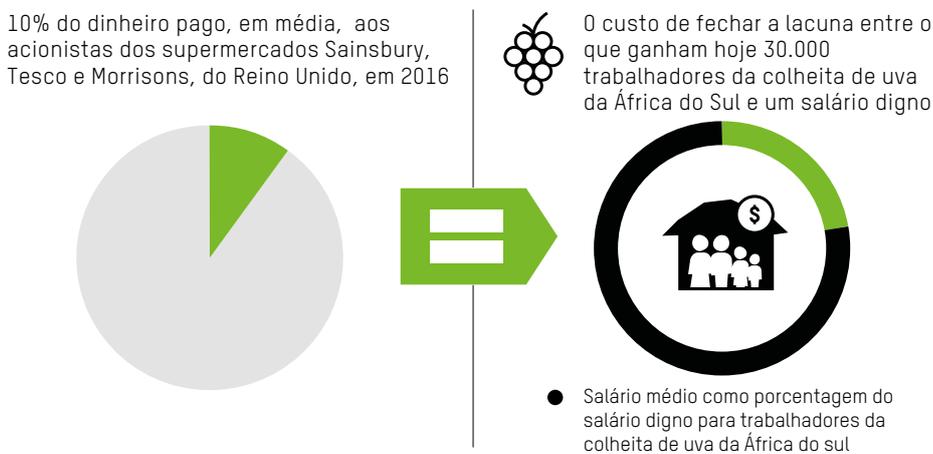
Observação: Dados de 2015.

Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

Esses níveis de renda são especialmente difíceis de aceitar quando são comparados com os retornos obtidos no outro extremo da cadeia de fornecimento. Por exemplo:

- Uma mulher que trabalha no beneficiamento de camarão em uma típica fábrica da Indonésia ou da Tailândia levaria mais de 4.000 anos para ganhar o que um top de um supermercado dos Estados Unidos ganha, em média, em um ano.⁴⁵
- Em menos de 5 dias, o executivo mais bem pago de um supermercado do Reino Unido ganha o mesmo que uma mulher que colhe uvas em uma típica fazenda da África do Sul recebe durante toda a vida.⁴⁶
- Apenas 10% do dinheiro pago aos acionistas nos três maiores supermercados dos Estados Unidos – Walmart, Costco e Kroger – em 2016 seriam suficientes para pagar um salário digno a mais de 600.000 trabalhadores na indústria tailandesa de camarão.⁴⁷ A Figura 7 conta uma história parecida sobre supermercados do Reino Unido e trabalhadores da colheita da uva na África do Sul.

FIGURA 7: OS ACIONISTAS DOS SUPERMERCADOS COLHEM OS FRUTOS ENQUANTO OS TRABALHADORES DA CADEIA DE FORNECIMENTO TÊM DIFICULDADES DE SOBREVIVER



Fonte: Cálculos da Oxfam; para mais informações, veja a nota metodológica no Anexo 1 do relatório principal.

Pequenos agricultores empurrados para a margem

Para milhões de pequenos agricultores, a própria viabilidade de seus meios de subsistência está em questão. A análise da BASIC sobre 12 produtos alimentares revela uma queda nos preços de exportação de vários produtos no longo prazo, por exemplo, 74% entre meados dos anos 1990 e meados da década de 2010 no caso do feijão verde queniano, e cerca de 70% no suco de laranja brasileiro. Essa tendência ajudou a reduzir os preços pagos aos pequenos agricultores e produtores a pouco mais que o custo de produção.⁴⁹

O resultado? Os pequenos agricultores são expulsos das cadeias internacionais de fornecimento de produtos alimentares e de suas terras, e podem ser forçados a trabalhar de forma precária nas grandes plantações que têm condições de atender às exigências dos supermercados em relação a preço e qualidade ou ir viver em favelas urbanas cada vez maiores.

NO BRASIL, O NÚMERO DE FAZENDAS DO SETOR DE PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA DIMINUIU DE 28.000 PARA MENOS DE 10.000 NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS. A ASSOCIAÇÃO DE EXPORTADORES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS FRESCOS DO QUÊNIA ESTIMA QUE O NÚMERO DE PEQUENOS AGRICULTORES E PRODUTORES QUE EXPORTAM PRODUTOS HORTÍCOLAS DIMINUIU EM 5.000 SÓ EM 2013-14.⁴⁸

SUPERMERCADOS IMPULSIONANDO UMA DESIGUALDADE CRESCENTE

Se há alguma mudança no desequilíbrio de poder nas cadeias de fornecimento dos supermercados, é para pior, o que representa um fator de aumento da desigualdade.

Novas pesquisas feitas para a Oxfam por importantes especialistas acadêmicos em cadeias globais de valor concluíram, como mostrado na Figura 8, que entre 1995 e 2011 (o último ano sobre o qual há dados mundiais disponíveis), não apenas os supermercados foram o ator da cadeia que abocanharam a maior fatia do dinheiro que seus clientes gastaram no caixa, mas, durante esse período, essa fatia aumentou de 27% para mais de 30%. No mesmo período, a participação dos agricultores caiu de apenas 16% em 1995 para menos de 14% em 2011, com alguns países recebendo apenas 7%, em média.⁵⁰

FIGURA 8: ENTRE 1995 E 2011, OS SUPERMERCADOS ABOCANHARAM A MAIOR FATIA DO PREÇO AO CONSUMIDOR FINAL NAS CADEIAS GLOBAIS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E VIRAM ESSA FATIA AUMENTAR MAIS DO QUE TODAS AS OUTRAS



Observação: Dados no nível agregado global, 1995-2011.

Fonte: Adaptado de A. Abdulsamad e G. Gereffi (a ser publicado). Measurement in a World of Globalized Production. Durham, NC.: Duke Center on Globalization, Governance and Competitiveness. Relatório de pesquisa produzido para a Oxfam America.

No entanto, embora apontem para tendências que se repetem em um amplo leque de países desenvolvidos e em desenvolvimento, esses resultados contam apenas parte da história sobre as experiências dos pequenos agricultores e trabalhadores dos países em desenvolvimento. Os estudos em profundidade e contextualizados da BASIC sobre a cesta de 12 produtos da Oxfam desenham um quadro ainda mais impressionante.⁵¹

Como mostra a Figura 9, os resultados apresentados pela BASIC também sugerem que a fatia que fica com os supermercados do preço pago pelo consumidor final – na média de toda a cesta de produtos e em uma série de países consumidores – aumentou de 43,5% em 1996/8 para 48,3% em 2015, enquanto a dos pequenos agricultores e trabalhadores caiu de 8,8% para 6,5% no mesmo período.

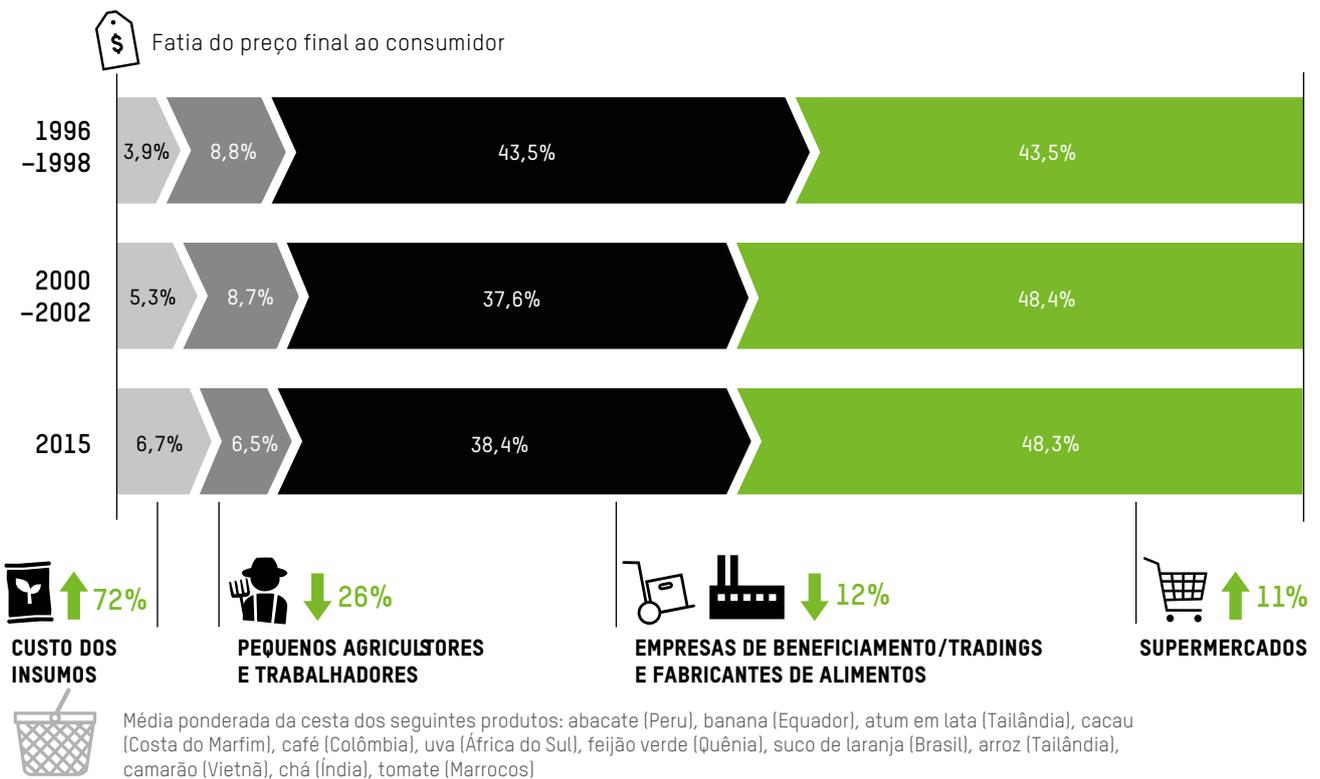
Em produtos como esses, a desigualdade de mercado entre os supermercados e as pessoas que produzem os alimentos que eles vendem é ainda mais intensa. Além disso, os resultados sugerem que esse distanciamento ocorreu paralelamente aos aumentos do custo de produção de mais de 70% entre 1996/8 e 2015 para esses 12 produtos.

Essa crescente desigualdade nas cadeias de fornecimento dos supermercados funciona como uma poderosa barreira contra o aumento da renda dos pequenos produtores e dos salários dos trabalhadores a um nível decente e, portanto, afeta a capacidade dessas pessoas de sair da pobreza. Na melhor das hipóteses, a distorção na distribuição significa que levará muito mais tempo para os pequenos agricultores e os trabalhadores alcançarem um nível de renda ou salário dignos. Na pior das hipóteses, essa distorção mantém na pobreza mulheres e homens que participam das cadeias de fornecimento dos supermercados.

Até que pequenos agricultores e trabalhadores conquistem uma fatia maior do valor dos alimentos que produzem, a desigualdade continuará crescendo e não haverá avanço no combate à pobreza.

PARA PRODUTOS COMO O SUCO DE LARANJA BRASILEIRO, O FEIJÃO VERDE QUENIANO, O CHÁ INDIANO, O CAMARÃO VIETNAMITA E O ATUM EM LATA TAILANDÊS, A FATIA DO PREÇO FINAL AO CONSUMIDOR QUE SOBROU PARA OS PEQUENOS AGRICULTORES OU TRABALHADORES EM 2015 FOI INFERIOR A 5%.

FIGURA 9: PARA ALGUNS PRODUTOS, A DESIGUALDADE ENTRE SUPERMERCADOS E AS PESSOAS PRODUZINDO A COMIDA QUE ELES VENDEM É PARTICULARMENTE ALTA



Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

O SETOR DE SUPERMERCADOS DIANTE DE UM IMPASSE

Depois de anos de expansão, há sinais de que a indústria de supermercados está chegando a uma encruzilhada muito importante, com forças conflitantes puxando-a em direções opostas.

De um lado, varejistas de alimentos que vendem a preços mais baixos, como Aldi North, Aldi South e Lidl, estão expandindo suas vendas e sua influência no setor de supermercados, enquanto a compra da Whole Foods pela gigante do varejo de baixo custo Amazon teve consequências drásticas no setor supermercadista dos Estados Unidos. Os concorrentes da Whole Foods perderam quase 12 bilhões de dólares em valor de mercado em um único dia quando a empresa se comprometeu com uma nova estratégia de “preços cada vez mais baixos”.⁵³ A crescente influência desses atores poderia representar a ameaça de uma nova era de corte de custos ainda mais cruel e uma aceleração do nivelamento por baixo dos padrões sociais e ambientais da cadeia de fornecimento.

Porém, do outro lado, a crise global de desigualdade e o ritmo acelerado das mudanças climáticas estão expondo a vulnerabilidade do atual modelo de cadeia de fornecimento, no momento em que se estabelecem novas normas para empresas responsáveis e surgem novas tecnologias que podem proporcionar mais conhecimento sobre as origens da nossa comida a investidores e consumidores.⁵⁴ Em conjunto, essas tendências deveriam ser um sinal poderoso de que o setor supermercadista deve assumir uma abordagem diferente, que seja mais justa e mais sustentável.

Tudo isso significa que a ideia de mudança já amadureceu, e que o momento é propício para uma reavaliação da indústria de supermercados. A questão agora é se os varejistas optarão por dobrar suas apostas no modelo existente, com os altos riscos de sofrimento humano que ele implica, ou buscarão outra maneira de fazer negócios.

EM TODO O MUNDO, 780 MILHÕES DE PESSOAS ESTÃO TRABALHANDO, MAS VIVEM NA POBREZA. O AVANÇO NA REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE TRABALHADORES POBRES ESTÁ DIMINUINDO GLOBALMENTE E PARECE ESTAR PIORANDO NOS PAÍSES MAIS POBRES.⁵²

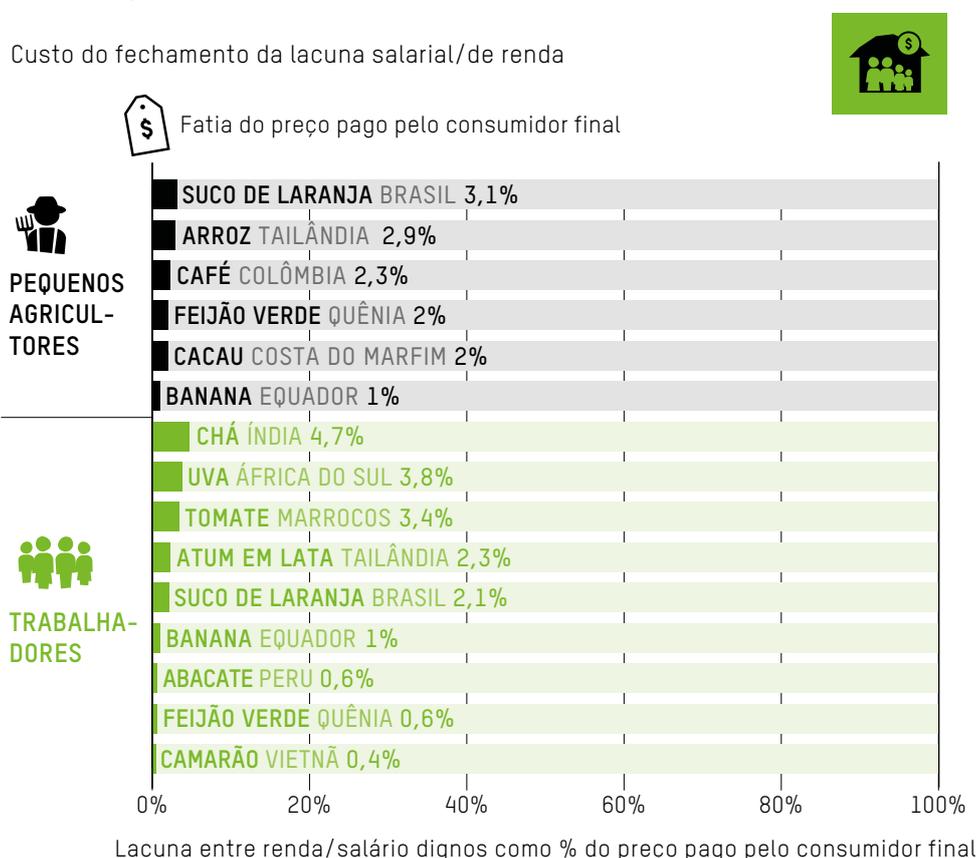
RUMO A UMA REVOLUÇÃO NO VAREJO DE ALIMENTOS

O futuro não precisa ser marcado por formas novas e mais extremas de exploração econômica nem pelo aumento da desigualdade em cadeias de fornecimento de supermercados, em constante expansão.

A análise da BASIC para a Oxfam sugere que é totalmente possível que pequenos agricultores e trabalhadores ganhem uma renda digna nas cadeias de fornecimento dos supermercados.⁵⁵ Como mostra a Figura 10, os supermercados e outros atores da cadeia precisariam investir uma quantia ínfima para levar a renda e os salários de hoje a níveis dignos em comparação com o preço pago pelo consumidor final – não mais do que 5% em toda a nossa cesta de 12 produtos e, frequentemente, menos de 1%.

E talvez os preços ao consumidor não precisem aumentar para alcançar esse investimento a mais. Em cada um desses 12 casos, o investimento extra que os atores da cadeia de fornecimento precisariam fazer é muito menor do que o aumento que os supermercados (ou outras grandes empresas) tiveram em sua fatia do preço ao consumidor final nos últimos 10 a 15 anos.⁵⁶

FIGURA 10: NO CASO DE MUITOS PRODUTOS, O INVESTIMENTO NECESSÁRIO PARA LEVAR A RENDA OU OS SALÁRIOS ATUAIS A NÍVEIS DIGNOS É ÍNFIMO EM COMPARAÇÃO COM O PREÇO AO CONSUMIDOR FINAL



Observação: Dados de 2015. Algumas *commodities* aparecem duas vezes por serem produzidas por pequenos agricultores e em plantações ou em unidades de beneficiamento.

Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

Reequilibrar a distribuição de poder entre os supermercados, de um lado, e agricultores e trabalhadores, de outro, incentivaria uma divisão mais justa das enormes receitas da indústria e abriria espaço para o crescimento de alternativas ao atual modelo de supermercado. Embora não exista bala de prata, será fundamental a ação de governos, pequenos agricultores e trabalhadores, e supermercados e outros atores do setor privado, cujos exemplos são examinados na Figura 11 e abaixo. Em conjunto, esses podem ser os primeiros passos para uma revolução no setor varejista de alimentos.

FIGURA 11: ACABAR COM A INJUSTIÇA E SOFRIMENTO REQUER ABORDAR A DESIGUALDADE DE PODER ENTRE SUPERMERCADOS E AS PESSOAS QUE PRODUZEM OS ALIMENTOS



Ações de governo em países produtores

A análise da BASIC sobre a cesta de 12 produtos da Oxfam sugere que, em países onde os governos intervieram e estabeleceram preços mínimos para as *commodities* agrícolas, os pequenos agricultores recebem uma fatia do preço final ao consumidor que é cerca de duas vezes maior do que a dos agricultores que não recebem esse apoio (Figura 12).

FIGURA 12: A INTERVENÇÃO DOS GOVERNOS PARA ESTABELECEER PREÇOS MÍNIMOS PARA AS COMMODITIES AGRÍCOLAS BENEFICIA OS PEQUENOS AGRICULTORES NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS



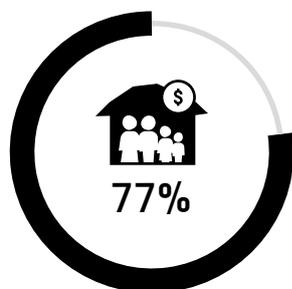
Observação: Dados de 2015. As *commodities* mostradas são as que foram analisadas e são produzidas por pequenos agricultores e, portanto, nas quais a existência de preços mínimos é relevante.

Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

Da mesma forma, onde governos – como os de Vietnã, Equador, Marrocos e Peru – estabeleceram salários mínimos relativamente mais altos (definidos aqui como superiores a 50% do PIB mensal per capita),⁵⁸ – a análise da BASIC mostra que a renda de seus trabalhadores está muito mais próxima dos níveis salariais considerados dignos.

FIGURA 13: SALÁRIOS MÍNIMOS MAIS ALTOS AJUDAM A REDUZIR A DIFERENÇA SALARIAL PARA TRABALHADORES DAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTARES

Salário médio como porcentagem do salário digno



SALÁRIO MÍNIMO MAIS ALTO

Camarão (Vietnã), Banana (Equador), Tomate (Marrocos), Abacate (Peru)



SALÁRIO MÍNIMO MAIS BAIXO

Feijão verde (Quênia), Atum em lata (Tailândia), Chá (Índia), Uva (África do Sul)

Observação: Dados de 2015. As *commodities* mostradas são as que foram analisadas e são produzidas por pequenos agricultores e, portanto, nas quais a existência de preços mínimos é relevante.

Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

Embora tenham um papel claramente importante no apoio para que pequenos agricultores e trabalhadores atinjam um padrão de vida decente, essas intervenções governamentais são insuficientes. Tanto o Equador quanto a Costa do Marfim enfrentaram dificuldades para implementar, respectivamente, iniciativas de salário e preço mínimos, diante das pressões contrárias do mercado mundial.⁵⁹ Para ter êxito, o apoio do governo deve andar de mãos dadas com os esforços para lidar com as forças do mercado, que espremam os produtores para lhes retirar valor.

Ação coletiva por parte de pequenos agricultores, trabalhadores e mulheres dos países produtores

Construir o poder de negociação de pequenos agricultores e trabalhadores por meio de ações coletivas é fundamental nesse sentido. A análise da BASIC sugere que os pequenos agricultores obtêm fatias muito maiores do preço final ao consumidor – em torno de 26% – quando estão organizados em cooperativas que podem atingir economias de escala até o ponto de exportação, em comparação com aqueles que não estão e ficam com apenas cerca de 4%.

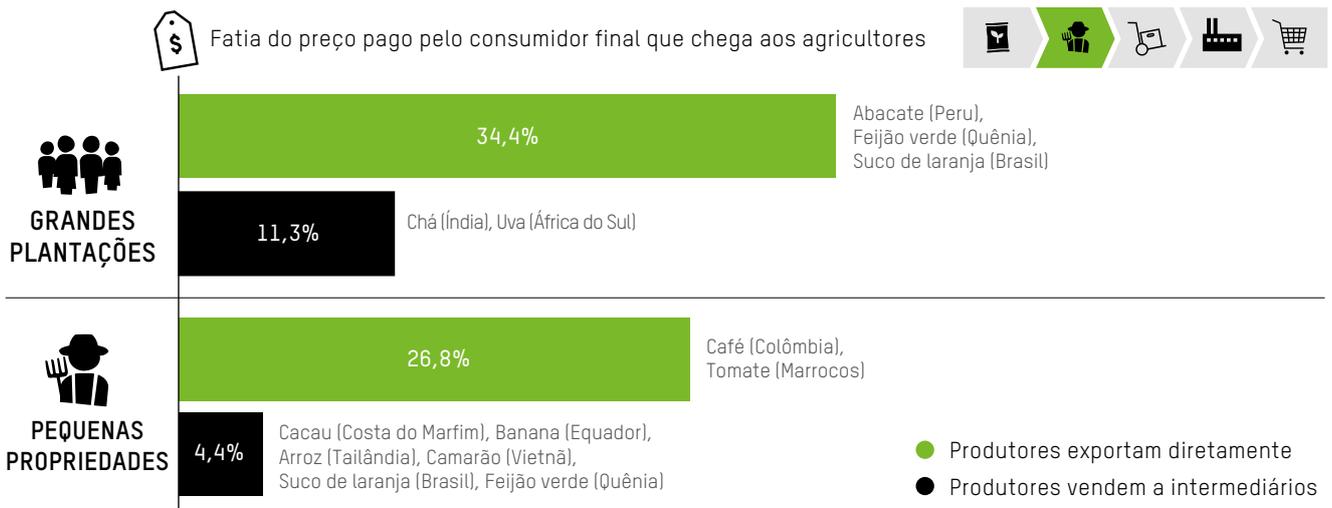
‘ATÉ O SALÁRIO MÍNIMO NÃO SERIA O SUFICIENTE, MUITO MENOS ESSE SALÁRIO DE MISÉRIA QUE NOS PAGAM.’

Trabalhador no Equador de uma estação de embalagens do El Naranjo, um fornecedor do supermercado Lidl⁵⁷

‘QUANDO EU ENTREI PARA A COOPERATIVA, NÓS FOMOS TREINADOS, A GENTE APRENDEU E SE SENTIU ALIVIADO SABENDO QUE UM DIA PODERÍAMOS TER UMA VIDA BOA OUTRA VEZ [...] O QUE ME TRAZ ORGULHO NA VIDA É QUANDO EU CONSIGO COMPRAR ROUPAS E COMIDA QUE AS MINHAS CRIANÇAS PRECISAM.

Membro da Cooperativa Tuzamurane, Ruanda⁶⁰

FIGURA 14: A AÇÃO COLETIVA AUMENTA O PODER DE BARGANHA DOS PEQUENOS AGRICULTORES NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS



Observação: Dados de 2015. Algumas *commodities* aparecem duas vezes, pois são produzidas por pequenos agricultores e por trabalhadores assalariados em grandes plantações, unidades de beneficiamento ou embarcações de pesca.

Fonte: C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa realizada pela BASIC por encomenda da Oxfam.

Ações dos governos em países de varejo

Há uma série de ferramentas regulatórias disponíveis para que os governos enfrentem o crescimento do poder dos supermercados.

O uso de práticas injustas de comércio pode ser reduzido por meio de ações legislativas, como foi proposto pela Comissão Europeia,⁶¹ e pela legislação sobre concorrência usada para desconcentrar o poder de quem compra.⁶²

Planos de ação nacionais estão sendo elaborados segundo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), que, junto à nova legislação sobre devida diligência em direitos humanos em muitos países,⁶³ exigem que as empresas façam mais para chegar à raiz dos problemas em suas cadeias de fornecimento e os resolver. Enquanto isso, começaram as negociações sobre um instrumento internacional vinculante de direitos humanos para regulamentar as empresas.⁶⁴

Aliados ao surgimento de novas tecnologias, como “*blockchain*”, esses avanços criam uma oportunidade atrativa para uma transparência radicalmente aprimorada da cadeia de fornecimento, que pode ajudar a evitar que os piores abusos continuem ocultos e sem solução.

Os supermercados enfrentam a mudança

Embora regulações governamentais mais fortes e agricultores e trabalhadores empoderados sejam vitais para reequilibrar o poder nas cadeias de fornecimento, há muito mais que os próprios supermercados podem e devem fazer – em consonância com os UNGPs e as crescentes expectativas de seus clientes – para respeitar os direitos humanos daqueles que trabalham para lhes abastecer.

Há mais de uma década, alguns supermercados começaram a tomar atitudes voluntárias, mas ainda não fizeram o suficiente.

O “ranking” da Oxfam para os supermercados estabelece novos *benchmarks* desafiadores para que o setor avance em direção a um modelo mais justo e incluyente de cadeia de fornecimento. Não será fácil atingi-los, e eles não substituem as ações exigidas de outras partes interessadas, como o governo, mas oferecem um caminho para os supermercados demonstrarem seu compromisso com cadeias de fornecimento mais justas e sustentáveis para as mulheres e os homens que trabalham nelas.

UM AUMENTO RADICAL NA TRANSPARÊNCIA DAS CADEIAS DE FORNECIMENTO PODE AJUDAR A PREVENIR OS PIORES CASOS DE VIOLAÇÕES QUE MUITAS VEZES PASSAM SEM SEREM ABORDADOS.

QUADRO 1: PONTUAÇÃO DAS POLÍTICAS DA CADEIA DE FORNECIMENTO DOS SUPERMERCADOS

Para informar a campanha da Oxfam, avaliamos as políticas para cadeias de fornecimento que estão disponíveis ao público e as práticas divulgadas por alguns dos supermercados de maior porte e que mais crescem nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Holanda e na Alemanha.

A avaliação se concentrou na transparência das cadeias de fornecimento dos supermercados e no tratamento dado nelas a trabalhadores, pequenos agricultores e mulheres.

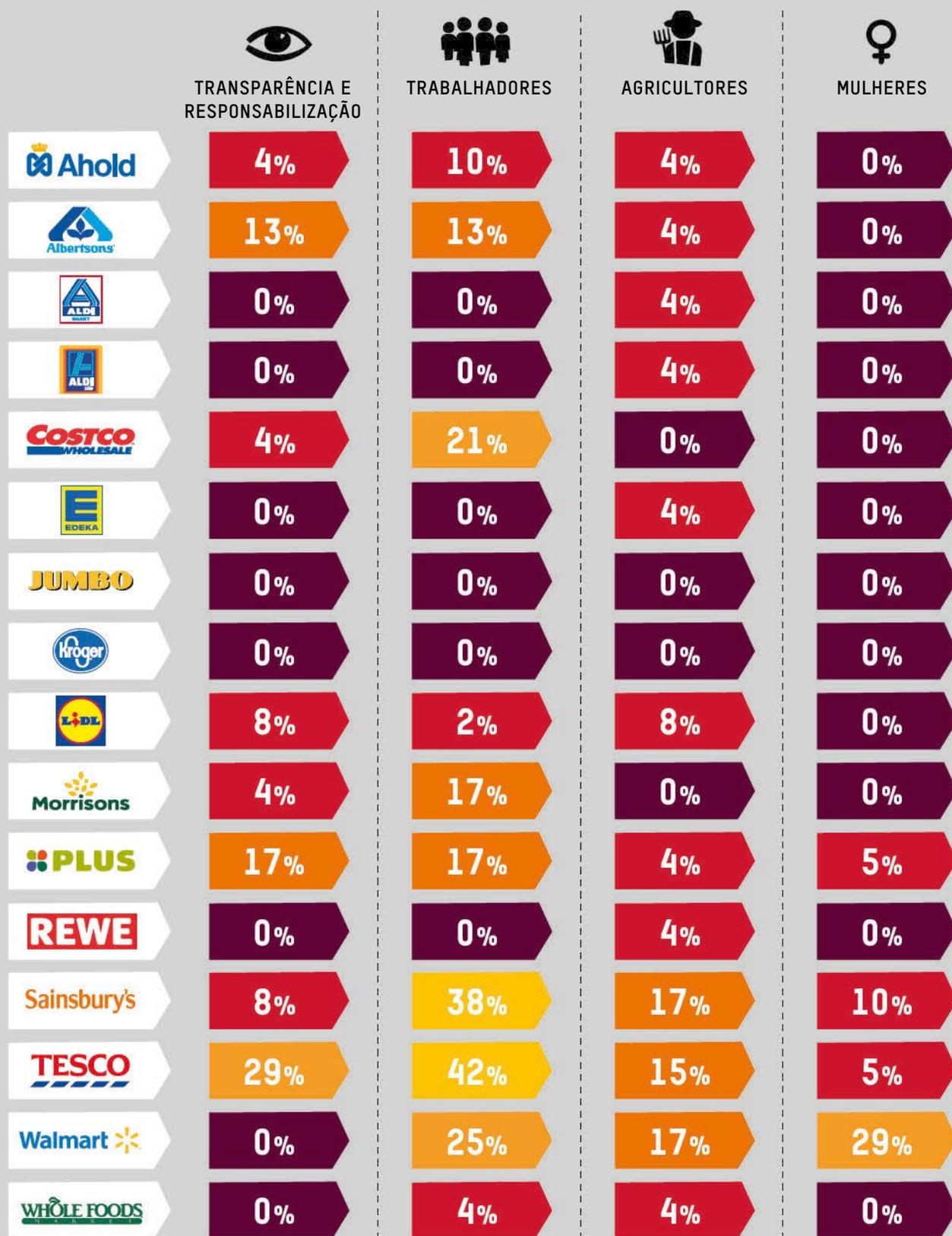
Em termos gerais, os resultados iniciais indicam uma diferença marcante entre as políticas e práticas atuais dos supermercados e os benchmarks da Oxfam, que são baseados em padrões internacionais robustos e boas práticas amplamente reconhecidas.

- Os 16 supermercados atingem pontuações muito baixas em todas as questões avaliadas, com as pontuações mais baixas sendo encontradas nos temas **“Mulheres”** e **“Transparência e Responsabilização”**, o que demonstra que os varejistas ainda precisam assumir fortes compromissos de rastreabilidade dentro de suas cadeias de fornecimento. É quase universal a falta de atenção por parte dos grandes supermercados aos problemas que as mulheres enfrentam no setor.
- No tema **“Transparência e Responsabilização”**, metade das empresas tinha alguns elementos básicos para uma gestão eficaz dos riscos de abusos aos direitos humanos em suas cadeias de fornecimento, mas poucas praticam efetivamente a devida diligência nessa área. Nenhuma empresa conseguiu demonstrar que tem bons resultados dos mecanismos de queixa, ou seja, que conseguem rastrear os principais ingredientes em suas cadeias de fornecimento ou que monitoram os níveis salariais e de renda – incluindo as diferenças salariais entre homens e mulheres. *Maior pontuação: 29% (Tesco); pontuação média: 5%; 13 pontuaram abaixo de 10%, das quais 8 pontuaram 0.*
- No tema **“Trabalhadores”**, muitas empresas tinham códigos de práticas exigindo que seus fornecedores, por exemplo, pagassem salários decentes ou reduzissem as jornadas de trabalho, mas sem fornecer o apoio de que os fornecedores precisavam para cumprir os códigos. Apenas uma empresa – a Sainsbury – verificava se suas próprias ações estariam impedindo que os fornecedores cumprissem seu código. Três empresas do Reino Unido – Tesco, Sainsbury e Asda (Walmart) – obtiveram as maiores pontuações neste tema, e a participação ativa e de longa data na Ethical Trading Initiative, bem como as leis britânicas de denúncia sobre Escravidão Moderna, ajudou a impulsionar as boas práticas. *Maior pontuação: 42% (Tesco); pontuação média: 12%; 8 pontuaram abaixo de 10%, das quais 5 pontuaram 0.*
- No tema **“Agricultores”**, concluímos que os esforços das empresas para apoiar os pequenos produtores são limitados e se resumem a comprar produtos com o selo Fairtrade e outras certificações, em vez de iniciativas diretas para garantir que os agricultores tenham rendas dignas, fortalecer seu poder de negociação ou avaliar o impacto do comércio sobre os direitos humanos dos agricultores.
- *Tema Agricultores: Maiores pontuações: 17% (Sainsbury e Walmart); pontuação média: 6%; 13 pontuaram abaixo de 10%, das quais 3 pontuaram 0.* As maiores lacunas foram encontradas no tema **“Mulheres”**, no qual apenas quatro empresas não tiveram pontuação zero, indicando que os varejistas precisam prestar mais atenção e enfrentar os desafios específicos e os problemas sistemáticos que recaem sobre as mulheres em suas cadeias de fornecimento. A Walmart pontuou 29% por assumir compromissos com o uso de empresas fornecedoras de propriedade de mulheres e dar apoio direto às mulheres em suas cadeias de fornecimento. Isso mostra o que é possível se as empresas tiverem vontade de agir. *Tema Mulheres: Maior pontuação: 29% (Walmart); média: 3%; 14 abaixo de 10%, das quais 12 pontuaram 0.*

Essas avaliações serão repetidas anualmente, possibilitando que clientes, investidores e outras partes interessadas no setor de supermercados acompanhem os avanços em todas as áreas.

O Anexo 1 do relatório completo contém uma descrição da metodologia, e os resultados completos estão disponíveis [aqui](#). Outras análises do “ranking” podem ser encontradas nos relatórios nacionais: [Cadeias de fornecimento de supermercados do Reino Unido](#), [Cadeias de fornecimento de supermercados dos Estados Unidos](#), [Cadeias de fornecimento de supermercados da Alemanha](#) e [Cadeias de fornecimento de Supermercados da Holanda](#).

FIGURA 15: RANKING DE SUPERMERCADOS



ESSAS PONTUAÇÕES SÃO BASEADAS NAS POLÍTICAS INFORMADAS AO PÚBLICO PELOS SUPERMERCADOS E SUAS AÇÕES NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS ALIMENTARES.

ALEGAÇÕES COM RELAÇÃO A PROBLEMAS DE DIREITOS HUMANOS NAS CADEIAS DE FORNECIMENTO DAS EMPRESAS PODEM SER ENCONTRADAS AQUI: WWW.BUSINESS-HUMANRIGHTS.ORG/BARCODES

LEGENDA



RUIM



BOM

O business case em defesa da ação

O atual modelo da cadeia de fornecimento de supermercados está profundamente arraigado e não será fácil reformá-lo. Contudo, além do claro dever ético que os supermercados têm para respeitar direitos humanos e trabalhistas, as evidências apresentadas neste relatório apontam para um argumento convincente para a ação, baseado nos negócios.

FIGURA 16: O ARGUMENTO EM DEFESA DE CADEIAS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS MAIS SUSTENTÁVEIS BASEADO NOS NEGÓCIOS TEM COMO FUNDAMENTO O APROVEITAMENTO DE OPORTUNIDADES E O ENFRENTAMENTO DOS RISCOS DE INAÇÃO



Fonte: Diversas fontes, incluindo a Ethical Trading Initiative e Holt International Business School (2016), Corporate Leadership on Modern Slavery, Londres: Ethical Trading Initiative; os Princípios da ONU de Investimento Responsável (2016), From Poor Working Conditions to Forced Labour - What's Hidden in Your Portfolio? A Guide to Investor Engagement on Labour Practices in Agricultural Supply Chains, Londres: UNPRI; Deloitte (2016), The Ripple Effect: How Manufacturing and Retail Executives View the Growing Challenge of Supply Chain Risk, Londres: Deloitte; and Price Water House Cooper (2016), Workforce of the Future: the Competing Forces Shaping 2030, London: PWC..

RECOMENDAÇÕES

A crescente desigualdade e a exploração econômica de mulheres e homens, muitas vezes inescrupulosa, fazem parte de muitas cadeias de fornecimento de supermercados. Não existe solução rápida, mas o esforço sustentado para reequilibrar o poder nas cadeias de produtos alimentares, com a ação de governos, pequenos agricultores e trabalhadores, e de supermercados e outros atores da indústria, pode mudar milhões de vidas.

A Oxfam está somando forças com cidadãos de todo o mundo em um chamado pelo fim do sofrimento humano nas cadeias de fornecimento dos supermercados. Um conjunto completo de recomendações detalhadas faz parte do relatório principal.

Nosso objetivo é garantir que, nos próximos anos:

- os consumidores passem a considerar inaceitável a venda de alimentos produzidos com sofrimento humano, e exijam mudanças;
- os governos restabeleçam e garantam o cumprimento de proteções vitais a pequenos agricultores e trabalhadores, e contenham o abuso de poder por parte de supermercados e seus fornecedores;
- pequenos agricultores e trabalhadores sejam empoderados para negociar condições mais justas com seus compradores ou empregadores e, entre eles, a posição das mulheres se consolide na mesa de negociações, com seus direitos respeitados; e
- os supermercados e seus fornecedores alterem seus modelos fundamentais de negócios para compartilhar mais poder e distribuir mais receitas às mulheres e aos homens que os abastecem.

A Oxfam acredita firmemente que, durante o nosso tempo de vida, ninguém terá mais que viver na pobreza extrema. Melhores condições para mulheres e homens que produzem a nossa comida garantirão que esse dia chegue antes.

Um membro da Cooperativa Tuzamurane colhe abacaxi em sua plantação em Ruanda. Ela usa a renda do abacaxi para manter sua família. Foto: Aurelie Marrier d'Univille



NOTAS

Salvo indicação em contrário, todos os links foram acessados pela última vez em dezembro de 2017.

- 1 Cálculos da Oxfam; para mais detalhes, veja a nota metodológica no Anexo 1. R. Willoughby e T. Gore. (2018). Ripe for Change: nota metodológica. Nairobi: Oxfam. Extraído de: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/ripe-for-change-ending-human-suffering-in-supermarket-supply-chains-620418>
- 2 Declaração dos Ministros do Trabalho e Emprego dos países do G20 (19 de maio de 2017). Towards an Inclusive Future: Shaping the World of Work. Retrieved from: http://www.bmas.de/SharedDocs/Downloads/DE/PDF-Pressmitteilungen/2017/g20-ministerial-declaration.pdf?__blob=publicationFile&v=2
- 3 D. Alejo Vázquez Pimentel, I. Macías Aymar e M. Lawson. (2018). Reward Work, Not Wealth: To end the inequality crisis, we must build an economy for ordinary working people, not the rich and powerful. Nairobi: Oxfam. DOI: 10.21201/2017.1350. Extraído de: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/reward-work-not-wealth-to-end-the-inequality-crisis-we-must-build-an-economy-for-620396>
- 4 Para efeitos deste relatório, um “supermercado” é um mercado de varejo de alimentos que funciona em sistema de autosserviço, vende uma variedade de alimentos e objetos de uso doméstico, e é organizado em departamentos. Nosso uso do termo também abrange os grandes supermercados, como os “hipermercados”, especializados em alimentos, bem como outros bens de consumo, e os supermercados de “descontos”, cujo foco é um segmento de preços mais baixos no mercado varejista de alimentos.
- 5 Segundo a Convenção da OIT sobre Trabalho Forçado, de 1930 (Nº 29), o trabalho forçado ou compulsório é definido como “todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”. Como observa a OIT, “refere-se a situações em que pessoas são coagidas ao trabalho com uso de violência ou intimidação, ou por meios mais sutis, como manipulação de dívidas, retenção de documentos de identidade ou ameaças de denúncia a autoridades de imigração”. Veja: <http://www.ilo.org/global/topics/forced-labour/definition/lang--en/index.htm>
- 6 Neste relatório, o risco de fome é usado como sinônimo de condições de insegurança alimentar moderada ou grave. Veja uma definição de insegurança alimentar na nota 36.
- 7 A base jurídica para as obrigações internacionais sobre direitos humanos e trabalhistas se encontra na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966). Outras normas trabalhistas internacionais relevantes podem ser encontradas nas oito convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho, que podem ser acessadas aqui: <http://www.ilo.org/global/standards/introduction-to-international-labour-standards/conventions-and-recommendations/lang--en/index.htm>
- 8 A nova campanha da Oxfam se chama *Por trás dos códigos de barras* em alguns países e *Por trás do preço*, em outros.
- 9 D. Hardoon (2016). An Economy for the 99%: It’s time to build an economy that benefits everyone, not just the privileged few. Oxford: Oxfam. Extraído de: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/an-economy-for-the-99-its-time-to-build-a-human-economy-that-benefits-everyone-620170>
- 10 Com base na despesa com produtos alimentares básicos das 12 semanas anteriores a 30 de dezembro de 2017. M. Watkins. (9 de janeiro de 2018). UK: Christmas grocery spend up £500m over “golden quarter”. Extraído de: <http://www.nielsen.com/ie/en/insights/news/2018/christmas-grocery-spend-up-euro-500m.print.html>
- 11 Distrifood. (2018). Marktaandelen 2007-2017 Nielsen. Extraído de: <http://www.distrifood.nl/service/marktaandelen>
- 12 Veja Figura X no relatório principal.
- 13 Veja, no Anexo 1 do relatório principal, uma lista de práticas comerciais injustas e referências.
- 14 D. Vaughan-Whitehead e L.P Caro. (2017). Purchasing Practices and Working Conditions in Global Supply Chains: Global Survey Results. Extraído de: http://www.ilo.org/travail/info/fs/WCMS_556336/lang--en/index.htm
6. Ellison. (2017). Grocery Code Adjudicator: Annual Survey Results. London: YouGov. Extraído de: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/623564/GCA_Annual_Sector_Survey_Results.pdf
- European Parliament (2016). Report on Unfair Trading Practices in the Food Supply Chain. Committee on Internal Market and Consumer Protection. Brussels: European Parliament. Extraído de: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2016-0173+0+DOC+XML+V0//EN>
- Veja, no Anexo 1 do relatório principal, uma lista de práticas comerciais injustas e referências..
- 15 Com valor líquido de 130 bilhões de dólares. Veja *Forbes*: <https://www.forbes.com/profile/walton-1/>
- 16 Receitas: Deloitte. (2018). Global Powers of Retailing. London: Deloitte, extraído de: <https://www2.deloitte.com/uk/en/pages/consumer-business/articles/global-powers-of-retailing.html#>
- Informações sobre RNB: banco de dados do Banco Mundial, acessado em dezembro de 2017. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>.
- Os números mostram uma renda nacional bruta para a Nigéria de 396.373.000.000 dólares, com base no valor do dólar de 2016. Os números mostram uma renda nacional bruta para a Noruega de 390.635.000.000 dólares, com base no dólar de 2016.
- 17 Cálculos da Oxfam; para detalhes, veja a nota metodológica no Anexo 1. R. Willoughby e T. Gore. (2018). Ripe for Change: Nota metodológica. Op. cit.
- 18 Ibid.
- 19 De 2006 a 2016. Ibid.
- 20 Um “trabalhador” é uma pessoa em idade de trabalhar que, durante um período específico, teve emprego remunerado ou trabalhou por conta própria. Para estes fins, um “trabalhador” tem ou teve um emprego definido como “trabalho remunerado”, cujo detentor tem contratos de trabalho explícitos (escritos ou orais) ou implícitos que lhes proporcionem remuneração básica. Portanto, essa definição inclui trabalhadores formais contratados e trabalhadores informais. Veja: International Labour Organization, Employment by Status. Extraído de: http://www.ilo.org/ilostat-files/Documents/description_STE_EN.pdf

- Um “pequeno agricultor” ou “pequeno proprietário” é um agricultor, criador de animais, morador da floresta ou pescador que maneja áreas que variam entre menos de um hectare e 10 hectares. Veja: UN Food and Agriculture Organization (2012). *Enduring Farms: Climate Change, Smallholders and Traditional Farming Communities*. Rome: FAO. Extraído de: http://www.fao.org/fileadmin/templates/nr/sustainability_pathways/docs/Factsheet_SMALLHOLDERS.pdf
- 21 D. Vaughan-Whitehead and L.P Caro. (2017). *Purchasing Practices and Working Conditions in Global Supply Chains*. Op. cit.
- 22 J. Kydd e A. Dorward. (2001). The Washington consensus on poor country agriculture: Analysis, prescription and institutional gaps. *Development Policy Review*, 19(4), 467-478. Extraído de: http://economia.unipv.it/pagp/pagine_personali/msassi/readinglist/wcagr.pdf
- 23 O. de Schutter. (2011). The World Trade Organization and the Post-Crisis Agenda. Report of the UN Special Rapporteur on the Right to Food. Extraído de: https://www.wto.org/english/news_e/news11_e/deschutter_2011_e.pdf
- 24 A OIT observa um declínio de longo prazo nos índices de sindicalização em muitos países. Veja: ILO (2015), *Trends in Collective Bargaining Coverage: Stability, erosion or decline?* Extraído de: http://www.ilo.org/global/topics/collective-bargaining-labour-relations/publications/WCMS_409422/lang--en/index.htm. A organização dos trabalhadores é particularmente frágil nas cadeias de fornecimento alimentar. Em uma pesquisa global com cerca de 1.500 empresas em cadeias globais, menos de um quarto dos fornecedores de alimentos observou a presença de sindicatos. Veja: D. Vaughan-Whitehead e L. P. Caro (2017). *Purchasing Practices and Working Conditions in Global Supply Chains: Global Survey Results*. Geneva: International Labour Organization. Extraído de: http://www.ilo.org/travail/info/fs/WCMS_556336/lang--en/index.htm
- 25 Veja as campanhas salariais por salários mínimos regionais da Confederação Sindical Internacional: <https://www.ituc-csi.org/wagescampaign>
- 26 Essencialmente, o conceito de salário digno é o de que o trabalhador e sua família deveriam poder ter acesso a um estilo de vida básico, mas decente, considerado aceitável pela sociedade em seu atual nível de desenvolvimento econômico. Sob essa definição, os trabalhadores e suas famílias devem poder viver acima da linha da pobreza e participar da vida social e cultural. Para mais informações sobre o conceito e ferramentas de medição, veja: R. Anker e M. Anker (2017). *Living Wages Around the World*. Cheltenham: EE Elgar. Disponível em: <http://www.e-elgar.com/shop/living-wages-around-the-world> [paywall].
- 27 D. Dalabajan and A.K. Dinglasan. (2018). *Land But No Freedom: Debt, poverty and suffering in the Philippine banana trade*. Manila: Oxfam in the Philippines. Retrieved from: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/land-but-no-freedom-debt-poverty-and-suffering-in-the-philippine-banana-trade-620421>
- 28 OHCHR e UNWOMEN. (2013). *Realizing Women’s Right to Land and Other Productive Resources*. Extraído de: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/RealizingWomensRightstoLand.pdf>
- 29 ETUC. (2003). *Women in Trade Unions: Making the difference*. Extraído de: https://www.etuc.org/IMG/pdf/genre_an_080403.pdf
- 30 D. Chopra. (2014). *Towards Gender Equality with Care-sensitive Social Protection*. Extraído de: <http://www.ids.ac.uk/publication/towards-gender-equality-with-care-sensitive-social-protection>
- 31 A OIT constatou que, muitas vezes, espera-se que as trabalhadoras prestem serviços sexuais ou sofram assédio em troca de um emprego ou uma promoção. Veja: International Labour Organization (2017). *Ending Violence and Harassment against Women and Men in the World of Work*. Geneva: ILO. Extraído de: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--ed_norm/--relconf/documents/meetingdocument/wcms_553577.pdf
- 32 S. Barrientos. (2001). *Gender, Flexibility and Global Value Chains*. *IDS Bulletin*, 32(3), 83-93. Extraído de: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/123456789/8749>
- 33 L. Griek, J. Penikett e E. Hougee. (2010). *Bitter Harvest: Child Labour in the Cocoa Supply Chain*. *Sustainalytics*. Extraído de: <http://www.cocoainitiative.org/wp-content/uploads/2017/09/Bitter-Harvest-Child-Labour-in-the-Cocoa-Supply-Chain.pdf>
- 34 Man-Kwun Chan (2012). *Making Agricultural Value Chain Programmes Work for Workers: A Practical Guide for Development Donors and Practitioners*. WIEGO. Extraído de: http://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Chan_WIEGO_TB4.pdf
- 35 S. Barrientos (2001). *Gender, Flexibility and Global Value Chains*. Op. cit.
- 36 World Bank, FAO e IFAD. (2009). *Gender in Agriculture Sourcebook*. Washington DC: World Bank. Extraído de: <http://siteresources.worldbank.org/INTGENAGRLIVSOUBOOK/Resources/CompleteBook.pdf>
- 37 International Labour Organization. (2017). *Global Estimates of Modern Slavery, Forced Labour and Forced Marriage*. Geneva: International Labour Organization. Extraído de: http://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_575479/lang--en/index.htm
- 38 F. Humbert. (2018). *The Plight of Pineapple and Banana Workers in Retail Supply Chains*. Berlin: Oxfam Germany. Retrieved from: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/the-plight-of-pineapple-and-banana-workers-in-retail-supply-chains-continuing-e-620420>
- 39 Situação que existe quando as pessoas (ou pessoa) não têm acesso garantido a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e o desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável. Pode ser causada por indisponibilidade de alimentos, poder de compra insuficiente, distribuição inadequada ou uso indevido de alimentos em nível domiciliar. A insegurança alimentar, condições precárias de saúde e saneamento, e práticas inadequadas de cuidados e alimentação são as principais causas de má condição nutricional. FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. (2017). *The State of Food and Nutrition in the World 2017: Building Resilience for Peace and Food Security*. Rome: FAO. Extraído de: <http://www.fao.org/3/a-i7695e.pdf>
- Para mais informações sobre a medição da insegurança alimentar pela Oxfam, veja a nota metodológica no Anexo 1. R. Willoughby e T. Gore. (2018). *Ripe for Change: Nota metodológica*. Op. cit.
- 40 R. Willoughby e T. Gore. (2018). *Ripe for Change: Nota metodológica*. Nairobi: Oxfam. Extraído de: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/ripe-for-change-ending-human-suffering-in-supermarket-supply-chains-620418>
- 41 Dados sobre exportação de bananas da Filipinas: COMTRADE. (2016). Data for bananas, including plantains fresh and dried. <https://comtrade.un.org/data>
- Dados sobre exportação de arroz do Paquistão. COMTRADE. (2016). Data for rice exports. <https://comtrade.un.org/data>
- Dados de exportação de camarão e pitu congelado da Tailândia: COMTRADE. (2016). Data for crustaceans, frozen, shrimps and prawns, excluding cold water varieties (code 030617). <https://comtrade.un.org/data>
- Dados de exportação de uvas da África do Sul: COMTRADE.

- (2016). Data for fresh and dried grape exports. <https://comtrade.un.org/datahttps://comtrade.un.org/data>
- Dados de exportação de tomates preparados da Itália: COMTRADE. (2016). Data for prepared and preserved tomatoes. <https://comtrade.un.org/data>
- Os dados de exportação da Itália não representam uma amostra de todos os produtos de frutas e legumes do país; os tomates italianos preparados foram selecionados como exemplo de produto de exportação de alto valor do país.
- 42 Site da BASIC website: <https://lebasic.com/en/>
- 43 C. Alliot et al. (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Pesquisa feita pela Basic para a Oxfam.
- 44 Uma renda digna é definida como a renda líquida de que uma família precisaria para que todos os seus membros possam ter um padrão de vida decente. ISEAL Alliance, Living Income, disponível aqui: <https://www.isealalliance.org/LivingIncome>
- 45 Cálculos da Oxfam; para detalhes, veja a nota metodológica no Anexo 1. R. Willoughby e T. Gore. (2018). Ripe for Change: Nota metodológica. Op. cit.
- 46 Ibid.
- 47 Ibid.
- 48 USAID-KAVES. (2015). Fresh Green Bean Value Chain Analysis. Washington DC: USAID. Extraído de: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00M2T2.pdf
- 49 C. Alliot et al. (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Op. cit.
- 50 A. Abdulsamad e G. Gereffi. (a ser publicado 2018). Measurement in a World of Globalized Production. Durham, NC: Duke Center on Globalization, Governance and Competitiveness. Pesquisa feita pela Basic para a Oxfam.
- 51 C. Alliot et al. (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Op. cit. O banco de dados completo do estudo está disponível aqui: [link]
- 52 ILO (2017). World Employment and Social Outlook: Trends 2017. Geneva: ILO. Extraído de: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_541211.pdf
- 53 Conforme descrito por CNBC: E. Cheng (24 de agosto de 2017). Amazon's new Whole Foods discounts wipe out nearly \$12 billion in market value from grocery sellers. Extraído de: <https://www.cnbc.com/2017/08/24/amazons-new-whole-foods-discounts-wipe-out-10-billion-in-market-value-from-grocery-sellers.html>
- 54 Veja a Seção 3 do relatório principal para mais informações.
- 55 C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Op. cit.
- 56 Veja a Figura X do relatório principal.
- 57 F. Humbert. (2018). The Plight of Pineapple and Banana Workers in Retail Supply Chains. Op. cit.
- 58 A relação entre o salário mínimo de um país e o PIB mensal per capita é um indicador usado no Índice de Compromisso para Reduzir a Desigualdade, da Oxfam. Veja M. Lawson e M. Martin. (2017). The Commitment to Reducing Inequality Index: A new global ranking of governments based on what they are doing to tackle the gap between rich and poor. Oxfam and Development Finance International. Extraído de: <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/the-commitment-to-reducing-inequality-index-a-new-global-ranking-of-governments-620316>
- 59 C. Alliot *et al.* (a ser publicado). Distribution of Value and Power in Food Value Chains. Op. cit.
- 60 B. Pennell. (2018). Tuzamurane Pineapple Cooperative, Rwanda: Empowering smallholder farmers to benefit from the global market. Nairobi: Oxfam. Retrieved from: <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/tuzamurane-pineapple-cooperative-rwanda-empowering-small-scale-farmers-to-benef-620422>
- 61 European Commission. (12 de abril de 2018). Proposal for a Directive on unfair trading practices in business-to-business relationships in the food supply chain. Extraído de: https://ec.europa.eu/info/publications/key-documents-unfair-trading-practices_en
- 62 O. de Schutter. (2010). Addressing Concentration in Food Supply Chains: The Role of Competition Law in Tackling the Abuse of Buyer Power. Extraído de: http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Food/BN3_SRRTF_Competition_ENGLISH.pdf
- 63 Por exemplo, a lei do Reino Unido sobre Escravidão Moderna (2015); a lei da Califórnia sobre Transparência nas Cadeias de Fornecimento (2012) e a lei francesa sobre o Dever de Vigilância (2017). Veja mais informações na Seção 4.
- 64 UN Office of the High Commission on Human Rights. Open-ended intergovernmental working group on transnational corporations and other business enterprises with respect to human rights. Extraído de: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/WGTransCorp/Pages/IGWG0nTNC.aspx>



OXFAM